



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PARECER RELATOR DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 09/2023

AUTORIA: DEPUTADO ISMAEL CRISPIN

EMENTA: Dispõe sobre a proibição do uso de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos com estampido no âmbito do Estado de Rondônia e dá outras providências.

I. Do Relatório

Trata-se de projeto de lei ordinária de autoria do deputado Ismael Crispim que dispõe sobre a proibição do uso de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos com estampido, no âmbito do Estado de Rondônia e dá outras providências. A proposta recebeu a numeração 09/2023 devidamente acompanhado de sua justificativa; o projeto permanece em pauta sem receber emendas ou substitutivos; contém quatro artigos que cuidam de concentrar regras de proibição em lugares fechados ou abertos, públicos ou privados, com exceção de fogos que produzem efeitos visuais de cores, sem estampidos e por fim, multa, que será definida pelo executivo, bem como o recolhimento dos produtos.

Em justificativa o autor aponta resumidamente que: 1. Que a prática, apesar de antiga, tem se mostrado cada vez mais prejudicial; 2. Que proposta similar já é lei em vários estados; 3. Que a medida beneficia especialmente quem tem TEA, mas de forma ampla pacientes internados, idosos e pets. 4. Que o STF em decisão recente (2022) no julgamento de arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), foi favorável à lei municipal de São Paulo com o mesmo teor da proposta; 5. Que o prazo de 180 dias seria suficiente para quem já tem em estoque se adequar a futura legislação;

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação tem a competência bem definida no artigo 29¹ do Regimento Interno, dentre elas está a emissão de parecer de toda matéria que for distribuída na Comissão, no que diz respeito aos aspectos constitucional, legal, regimental, de técnica legislativa e redacional. Em continuidade ao processo legislativo, na reunião ordinária do dia 28 de fevereiro de 2023, me foi designado a sua relatoria, o que passo a fazê-lo. Este é o relatório.

¹ Art. 29. As competências das Comissões Permanentes são as definidas nos parágrafos deste artigo:

I – analisar e emitir parecer quanto aos aspectos constitucionais, legais, regimentais e de técnica legislativa e redacional das matérias que lhe forem distribuídas, inclusive aquelas de competência privativa de outras comissões, concluindo por projeto quando cabível, não sendo permitida a emissão de pareceres e emendas sobre o mérito de projetos de natureza orçamentária, financeira e tributária.



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

II. Da constitucionalidade, Legalidade, Técnica Legislativa e Redacional.

A Assembleia Legislativa está dentro dos poderes que lhe cabem para o exercício de sua função legislativa, conforme dispõe o artigo 153 do regimento interno² e o pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça por meio de parecer também está previsto no regimento interno em seu artigo 61³.

Ao dar início ao processo legislativo, **verifica-se que, iniciativa e competência devem estar ligadas** para que não se atravesse o princípio da separação dos poderes, até porque as matérias de competência privativa do poder executivo não podem ser objeto de projeto do legislativo. São regras dispostas na constituição federal, o que significa dizer que sua violação configura inconstitucionalidade da proposta.

A competência para legislar sobre a proteção ao meio ambiente e saúde é compartilhada entre os três entes federativos no Brasil: União, estados e municípios. Essa competência é prevista na Constituição Federal de 1988, que estabelece que a proteção ao meio ambiente é um direito de todos e um dever do Estado e da sociedade.

De antemão, vale dizer que no quesito constitucionalidade a proposta merece prosperar, uma vez que está respaldada pelo entendimento do Supremo Tribunal Federal que, analisando a matéria similar, em vários momentos,⁴ não reconheceu a inconstitucionalidade apontada e se manifestou afirmando que **leis de iniciativa⁵ da Assembleia Legislativa ou mais propriamente de seus deputados, são todas aquelas que não detém reserva, expressa e privativamente, à iniciativa do poder executivo**. Se admite na jurisprudência da Corte Superior que, "...em matéria de proteção da saúde e do meio ambiente, que os Estados e Municípios editem normas mais protetivas, com fundamento em suas peculiaridades regionais e na preponderância de seu interesse".⁶

A proposta do excelentíssimo deputado Crispin promove, jurisprudencialmente falando, **uma forma mais elevada de proteção à saúde e ao meio ambiente**, e nada há em seu texto que invada os limites razoáveis do regular exercício da competência legislativa que lhe cabe, conforme disposto no artigo 236

² ao Art. 153. A Assembleia exerce a sua função legislativa por vias de projetos de: III - leis ordinárias

³ Art. 61. Parecer é o pronunciamento da Comissão sobre matéria sujeita ao seu estudo.

⁴ (ADPF 567, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 01/03/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-059 DIVULG 26-03-2021 PUBLIC 29-03-2021)

⁵ Art. 39. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição.

⁶ <https://www.scielo.org/article/csc/2017.v22n10/3225-3234/>



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

da Constituição Estadual, onde assegura que o direito à saúde implica no respeito ao meio ambiente e controle da poluição ambiental.⁷

Há, comprovadamente, o impacto grave e negativo que fogos de estampido e de artifício com efeito sonoro ruidoso causam às pessoas com transtorno do espectro autista, em razão de hipersensibilidade auditiva; bem como aos pets, aos idosos, a crianças, a animais; muitas organizações de apoio às pessoas com TEA e seus familiares recomendam que as autoridades locais evitem o uso de fogos de artifício barulhentos em eventos públicos e incentivem a conscientização sobre o impacto negativo que esses ruídos podem ter.

Destaque necessário quanto a tramitação na Câmara Federal quanto ao PL Projeto de Lei 6881/17 cuja ementa “proíbe o uso de fogos de artifício com estampido” e, junto a ele temos nove apensos⁸ versando sobre o mesmo tema. Alguns Estados brasileiros já possuem legislações que proíbem a comercialização e uso de fogos de artifício com estampido. Entre eles, podemos citar: São Paulo: em 2020, foi sancionada a **Lei Estadual nº 17.194/2020**, que proíbe a fabricação, a comercialização, a distribuição e o uso de fogos de estampido em todo o território paulista. Rio de Janeiro: em 2019, foi sancionada a **Lei Estadual nº 8.827/2019**, que proíbe a fabricação, a comercialização, a distribuição e o manuseio de fogos de artifício que produzem estampido em todo o território fluminense. Paraná: em 2020, foi sancionada a **Lei Estadual nº 20.129/2020**, que proíbe a fabricação, a comercialização, a distribuição e o uso de fogos de artifício que produzem estampido em todo o território paranaense, e Mato Grosso do Sul: em 2019, foi sancionada a **Lei Estadual nº 5.462/2019**, que proíbe a utilização, a queima e a soltura de fogos de artifício com estampido em todo o território sul-mato-grossense.

No âmbito municipal podemos afirmar que muitas cidades em todo o mundo têm implementado restrições ao uso de fogos de artifício com estampidos, seja por meio de leis ou regulamentos municipais. Essas restrições são frequentemente impostas devido a preocupações com o bem-estar dos animais e de pessoas que podem ser afetadas negativamente pelos ruídos altos. Reafirmando, portanto, que a competência legislativa para tratar da regulamentação de questões ambientais, como a poluição sonora causada pelos fogos de artifício, pode ser atribuída aos **estados** ou à União, a depender do caso.

⁷ Art. 236. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantida através de políticas sociais e econômicas que visem à redução dos riscos de doenças e de agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços proporcionados à sua promoção, proteção e recuperação. Parágrafo único. O direito à saúde implica: II - respeito ao meio ambiente e controle da poluição ambiental;

⁸ Apensados ao PL 6881/2017 - PL 706/2019, PL 3231/2019, PL 4325/2019, PL 128/2020, PL 205/2020, PL 4859/2020, PL 497/2021, PL 380/2022, PL 2378/2022



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Em relação à técnica legislativa e redação, **é necessário fazer uma observação acerca da numeração dos artigos** na proposta de Lei, eis que não segue a sequência determinada na Lei Complementar nº 236, de 20 de dezembro de 2000 e seu Decreto Regulamentador onde o artigo 10 dispõe sobre a articulação e redação das leis, e mais precisamente o inciso I determina que: **“a unidade básica de articulação será o artigo, indicado pela abreviatura “Art”, seguido de numeração ordinal até o nono (...)”**. Na proposta analisada o artigo 1º pula direto para o artigo 3º, sendo necessário fazer a correção no texto final submetido à aprovação.

A matéria veiculada neste Projeto de Lei se adequa aos princípios que regem a competência legislativa, assegurada aos Estados. Da mesma forma, não conflita com a competência privativa da União Federal (artigo 22 da Constituição Federal) nem tampouco concorrente (União Federal, Estados e Distrito Federal - artigo 24 da C.F/88.). Portanto, diante de toda análise acostada verificamos que a mesma não encontra óbice legal, considerando dessa forma que o Projeto de Lei ordinária 09/2023 está dentro da legalidade, **o que apresentamos parecer favorável.**

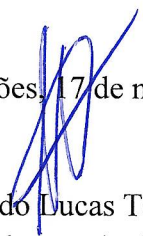
III. Do Voto

Com base na apreciação dos dispositivos constantes do projeto, considerando as justificativas apresentadas pelo douto parlamentar, e, após análise das questões constitucionais, legais, regimentais e de técnica legislativa e redacional **emito relatório de parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 09 de 28 de fevereiro de 2023**, com ressalvas quanto à numeração que requer seja alterada no seu texto final, identificando a importância do Projeto e que o mesmo se encontra dentro da constitucionalidade e legalidade que lhe são necessários.

VOTO: PARECER FAVORÁVEL.

É como voto. S.m.j

Sala das Comissões, 17 de março de 2023.


Delegado Lucas Torres
Deputado Estadual - PP



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.
SECRETARIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DAS COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PARECER Nº 094/23

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação em reunião plenária realizada hoje, aprovou por unanimidade o parecer do relator Deputado Lucas Torres, favorável, ao Projeto de Lei nº 09/23 de autoria do Deputado Ismael Crispin. Dispõe sobre a proibição do uso de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos com estampido, no âmbito do Estado de Rondônia e dá outras providências.

Estiveram presente e votaram os Senhores Deputados: Ismael Crispin, Dr^a Taíssa, Delegado Camargo e como convidado Deputado Cássio Gois.

Plenário das Deliberações, 02 de Maio de 2023.

Deputado Ismael Crispin
Presidente/CCJR

Deputado Lucas Torres
Relator